

## Histórico Candidatura DLBC-99-2015-02-055 Versão 5

### Caracterização do Promotor

#### Aviso

<b>Código</b>	<b>Designação</b>
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

#### **Programa Operacional**

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

#### **Eixo Prioritário**

Não aplicável

#### **Objetivo Temático**

Não aplicável

#### **Prioridade de Investimento**

Não aplicável

#### **Tipologia de intervenção**

Não aplicável

#### **Plano Estratégico**

### Identificação do Promotor

<b>NIF</b>	<b>Nome ou Designação Social</b>
502706759	ADRACES-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA RAIÁ CENTRO-SUL
<b>Morada (Sede Social)</b>	
R DE SANTANA Nº 277	
<b>Código Postal</b>	<b>Localidade</b>
6030-230	VILA VELHA DE RÓDÃO
<b>NUT III</b>	<b>NUT II</b>
Beira Baixa	Centro
<b>Telefone</b>	<b>E-mail</b>
272540200	adraces@adraces.pt
<b>Telefax</b>	

272540209

**URL**

**Tipologia de Beneficiário**

<http://www.adraces.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

**Identificação do Responsável Técnico da Operação**

**Nome Responsável**

António João Nunes Realinho

**Telefone Responsável**

272540200

**Cargo Responsável**

Coordenador

**Telemóvel Responsável**

933065012

**Serviço/Departamento**

Direcção

**Email Responsável**

[adraces@adraces.pt](mailto:adraces@adraces.pt)

**Email Alternativo**

[adraces@gmail.com](mailto:adraces@gmail.com)

**Experiência da Parceria**

**Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento**

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A implementação da EDL no território da BIS apresenta como grande mais-valia o grau de maturidade que hoje o GAL apresenta, e que se traduz quer na autonomia e credibilidade institucional que detém no território, quer nas relações de confiança institucional e interpessoal estabelecidas entre os membros, aspectos fundamentais para garantir a mobilização, participação e colaboração dos parceiros.

Os resultados alcançados no passado, em especial no período de programação 2007-2014, confirmam esta importância e reforçam a pertinência em dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela Parceria. Com efeito, num contexto adverso em termos macroeconómicos e orçamentais, desfavorável às dinâmicas de investimento, o facto é que a implementação da ELD foi concretizada através do apoio a um n.º assinalável de projectos - deram entrada 148 PA, tendo assinado contrato 110 beneficiários - o que se traduziu num investimento de 16 milhões de euros (Despesa Pública 10 milhões). Os impactos directos resultaram, desde logo, no surgimento de 26 empresas e na criação de 158 PT. Este dinamismo traduziu-se, num 1º momento, na atribuição da reserva de eficiência (1 milhão e 300 mil euros) e, num 2º momento, na disponibilização de verba, em regime de overbooking, para os projectos que tinham sido aprovados sem dotação (18), o que significou um reforço de 1 milhão e 500 mil euros.

A avaliação externa à ELD veio confirmar os bons resultados alcançados, com efeitos positivos para a concretização dos objetivos estratégicos nacionais e regionais para 2007-2013, verificando-se “elevada conformidade” com os da ELD. Dos inquéritos aplicados aos promotores, mais de 2/3 avaliaram o desempenho do GAL como muito adequado e apenas 4% considerou pouco ou nada adequado. Quanto à tipologia de projectos e às motivações que estiveram na base do seu surgimento, a análise evidencia a valorização de elementos relacionados com as dimensões-problemas e áreas a privilegiar definidas na ELD, observando-se uma coerência entre o perfil de projetos executados e as necessidades do território/áreas temáticas prioritárias – os produtos tradicionais de qualidade; o turismo em espaço rural; o património rural, como fator de valorização e atratividade do território; o desenvolvimento e criação de microempresas em meio rural; e os serviços sociais e de proximidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e equidade social. Outro dado que importa reter desta avaliação é o facto de 2/3 dos beneficiários referirem que sem o financiamento não teriam realizado o investimento e 28,6% teria executado, mas com investimento menor, o que demonstra que sem os apoios disponibilizados a maioria dos investimentos não se teriam concretizado. A par da execução da EDL, a experiência e relacionamento que os parceiros do GAL adquiriram permitiram que fossem criadas ferramentas organizacionais e plataformas de trabalho em rede que se têm revelado fundamentais para garantir níveis de participação e adesão com escala e projecção, dos quais se destacam: a) Rede PROBIS - tem por objectivo por em contacto os beneficiários e os membros do GAL BIS, através de uma plataforma de cooperação, na qual são dinamizadas acções com vista à troca de contactos, partilha de experiências e conhecimentos, divulgação de produtos e serviços e à concretização de negócios; b) CULbis - tertúlias organizadas e dinamizadas pela ADRACES, com o envolvimento e participação das entidades do GAL, e direccionadas para a população; e as c) Redes Temáticas - Plataforma de Reflexão sobre o DR inscritas na ELD, compostas por membros do GAL de acordo com o sector que representam.

Outra grande mais-valia do GAL BIS 2020, que garante competência técnica na implementação da EDL, diz respeito à Entidade Gestora ADRACES. Com mais de 20 anos de experiência de gestão e aplicação de fundos públicos, a sua constituição esteve directamente relacionada com o lançamento da Iniciativa LEADER, pelo que foi desde logo vocacionada para protagonizar acções de natureza territorial, integradas e participativas, assentes numa parceria organizada entre entidades públicas e privadas. Para além da gestão do LEADER nos 3 períodos de programação, e do Subprograma 3 do PRODER, a ADRACES tem gerido e implementado um conjunto diversificado de programas nacionais e europeus, com destaque para o EQUAL, o POPH (Entidade Acreditada desde 1998), o POEFDS, o LLP - Aprendizagem ao Longo da Vida, os Centros Rurais e o Centro Europe Direct BIS, da qual é representante da Comissão Europeia no Território. Nesta sua intervenção privilegiou a formalização e dinamização de redes de cooperação internacionais estratégicas, destacando-se: a APURE - Associação para as Universidades Rurais Europeias; o GEIE – Grupo Europeu de Interesse Económico: Euroconsulting Group, para a comercialização de produtos locais (Portugal, Itália, França, Espanha, Chipre, Grécia), de que é Vice-presidente e Associação LA RAYA/A RAIÁ, da qual é sócia-fundadora.

## Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
502706759	ADRACES-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA RAIA CENTRO-SUL	11/02/1992	12/02/1992	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
501143530	MUNICIPIO DE CASTELO BRANCO		20/03/1771	84113	Autarquias Locais
501121030	MUNICIPIO DE IDANHA-A-NOVA		30/06/2003	84113	Autarquias Locais
506192164	MUNICIPIO DE PENAMACOR	19/10/2013	20/10/2013	84113	Autarquias Locais
506642798	MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO	28/09/1974	25/02/1985	84113	Autarquias Locais
503550337	APPIZÊZERE - ASSOCIAÇÃO DE PROTECÇÃO INTEGRADA E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL DO ZÊZERE	28/12/1995	15/03/1996	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
510998640	BIORAIA - ASSOCIAÇÃO PRODUTORES BIOLÓGICOS DA RAIA	28/10/2002	10/12/2002	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
504704915	LOURENÇO & FILHOS LDA	17/06/1999	17/06/1999	10510	Sociedades Comerciais
501741895	OVIBEIRA - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES AGROPECUÁRIOS	26/07/1984	01/01/1989	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
504256360	AMATO LUSITANO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	23/04/1998	27/05/1998	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
504646710	APPACDM DE CASTELO BRANCO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAÍS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	06/07/2000	06/07/2000	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501064508	ACICB - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DA BEIRA BAIXA	19/12/1975	01/01/1991	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502022701	ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DO ALTO TEJO	06/05/1988	06/05/1988	94992	Organização Profissional

502280360	AEBB - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA BEIRA BAIXA	05/05/1989	25/03/1991	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
503010952	CENTRO MUNICIPAL DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO DE IDANHA-A-NOVA	28/08/1992	28/08/1992	85591	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
501663177	CENTRO MUNICIPAL DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO DE VILA VELHA DE RODÃO	19/12/1985	25/02/1985	94991	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
504152980	INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO	26/12/1979	26/12/1979	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico- Unidade de I&D
501096787	LAR RESIDENCIAL DONA BARBARA TAVARES DA SILVA	29/07/1980	29/07/1980	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
506836860	NATURTEJO - EMPRESA DE TURISMO EIM	12/02/2004	12/02/2004	74900	Associações de autarquias locais - Associação de freguesias e de municípios de fins específicos
166520055	JOÃO LUDGERO MOREIRA DOS SANTOS		01/09/1993	16291	Pessoas singulares
500846880	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTELO BRANCO	30/12/1926	01/01/1986	87301	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)

501385169	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE IDANHA-A-NOVA	13/07/1982	01/01/1986	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501656227	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VELHA DE RODÃO	04/08/1930	04/08/1930	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
509614531	TERRAS DA BEIRA BAIXA - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO AGRO-INDUSTRIAL DE CASTELO BRANCO, E.M./S.A.	18/01/2011	22/02/2011	01610	Setor Empresarial Local - Empresa Municipal
510859453	CASA DOS XARÊS, TURISMO RURAL, LDA	02/12/2013	02/12/2013	55202	Sociedades Comerciais
509162754	ROTAS DO LINCE, LDA	01/10/2009	01/10/2009	55900	Sociedades Comerciais
507924142	ECOGERMINAR - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, DE PROMOÇÃO DO COMÉRCIO SOLIDÁRIO, DO ECOTURISMO E DE LUTA À DESERTIFICAÇÃO RURAL	22/12/2006	01/02/2007	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
504906429	PEQUITO & MATEUS LDA	01/06/2000	01/06/2000	47112	Sociedades Comerciais
502130113	PADARIA DO SALGUEIRO, INDUSTRIA DE PANIFICAÇÃO LDA	24/01/1989	27/03/1989	10711	Sociedades Comerciais
509656064	NEVES & MATEUS, LDA	24/11/2010	24/11/2010	55202	Sociedades Comerciais

195501608	VASCO MANUEL PIRES FERNANDES		27/03/2012	55202	Pessoas singulares (Proprietários, intervindo em acções de reabilitação e valorização do respectivo património ou cedendo espaços necessários ao desenvolvimento das operações previstas)
501155350	CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	22/01/1976	05/02/1988	94110	Organização Patronal ou Empresarial
500875740	Santa Casa da Misericórdia de Penamacor	28/10/1945		88101	IPSS
504306618	APABI - Associação de Produtores de Azeite da Beira Interior	12/02/1999	02/10/2000	94110	Associação e Fundação Privada
504513184	AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior	10/08/1998	10/08/1998	94110	Associações e Fundações Privadas
501093877	ARBI - Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova	14/08/1947	01/01/1990	94110	Associações e Fundações Privadas
502345020	Cooperativa de Produtores de Queijo da Beira Baixa/Idanha-a-Nova, CRL	04/04/1989		10510	Cooperativa
500904740	Instituto Social Pina Ferraz	07/03/1952	30/06/1989	87901	IPSS
504953001	AFAF - Associação de Formação Ambiental e Florestal	30/05/2000	17/07/2000	85591	Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local
503148300	Associação de Caça A Raiz	05/03/1994	07/05/1994	93192	Associações e Fundações Privadas

## Caracterização do DLBC

### Identificação da área de intervenção do Pacto

**NUTS III**

Beira Baixa

**Grupo Ação Local**

## Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
-------	-------	----------	-----------	-------------

## Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

### Situação atual do território

A Beira Interior Sul (BIS) é caracterizada por fatores de natureza geográfica relevantes para a compreensão das suas dinâmicas sociais e económicas: a) território vasto e fortemente integrado num sistema natural/florestal denso, onde a natureza e as áreas classificadas assumem um notável protagonismo (Parque Natural do Tejo Internacional; Reserva Natural da Malcata, Geopark Naturtejo, Serra da Gardunha; Rios Tejo, Ponsul, Ocreza, Erges); e b) território fronteiriço, marcado pela posição geograficamente periférica de Portugal – interior raiano -, mas estratégica se observado no contexto ibérico e europeu.

Em termos sociodemográficos, à exceção da cidade Castelo Branco - centro polarizador da população, serviços, equipamentos e emprego -, de Alcains e sedes de concelho, com características urbanas, as restantes 40 freguesias apresentam um perfil marcadamente rural, de reduzidas dimensões (25 freguesias têm menos de 500hab). Dos elementos que melhor as caracterizam, enquanto espaços físicos e sociais, são as baixas densidades populacionais, as fortes ligações ao campo e às actividades agrícolas, e um profundo envelhecimento. São pois freguesias que têm conhecido, desde há largas décadas, uma profunda desvitalização demográfica, com consequências na composição etária e na respectiva capacidade de auto-regeneração.

Os últimos Censos confirmam a trajectória demográfica regressiva, com uma diminuição de 4,1% da população da BIS, entre 2001 e 2011, contabilizando 75.028 residentes. À excepção de Castelo Branco que registou um ligeiro aumento (0,7%), embora muito mais baixo que nas décadas anteriores, os outros 3 concelhos, de perfil mais rural, registaram perdas consideráveis, com destaque para Idanha com um decréscimo de 18,0%. No contexto micro-territorial as disparidades ganham uma amplitude ainda maior, com apenas as freguesias de Castelo Branco (12,8%) e Alcains (1,9%) a aumentarem a população, todas as outras (45), incluindo as sedes de concelho, perderam residentes (50% das freguesias perderam + de 20%). O grupo dos jovens é o que revela maiores quebras, particularmente na faixa etária dos 15 os 24 anos, atingindo nos concelhos de Idanha e Vila Velha uma diminuição de 40%. Esta diminuição dos jovens, aliada ao aumento da esperança de vida, determinam uma estrutura etária com grande proporção de pessoas com mais de 65 anos – + de 40% nos 3 concelhos de perfil rural, % distante da média nacional (19%) e do Centro (22%). Estas dinâmicas resultam num crescente e exponencial envelhecimento da população e, por conseguinte, de dependência, colocando estes concelhos nos primeiros lugares do ranking nacional como os mais envelhecidos (1ª, 3ª e 8ª posição) e dependentes (2ª, 3ª e 4ª posição) do País.

O quadro sociodemográfico apresentado tem consequências directas no mercado de trabalho, com os 3 concelhos rurais a surgir nas últimas posições com as taxas de actividade e de emprego mais reduzidas do País (na ordem dos 30%, % muito abaixo do País, do Centro e Castelo Branco, com taxas superiores a 50%). O quadro é menos negativo em relação ao desemprego, com o conjunto dos 4 concelhos da BIS a apresentarem, em 2011, uma taxa de 11%, valor mais baixo que a do País (13%). O grupo etário entre 35 e 54 anos era o que contabilizava maior n.º de desempregados (45%), sendo que a maioria estavam inscritos há mais de um ano. Em relação à escolaridade, Castelo Branco acompanha a tendência do País e do Centro, com uma maior prevalência dos desempregados com o secundário (26%) e com o 3º Ciclo (21%), enquanto nos restantes concelhos os indivíduos com o 1º ciclo ou menos estão em maioria (entre 34 a 44%), sendo que em Idanha 20% dos inscritos têm menos que o 1º Ciclo.

Este peso dos desempregados com baixas qualificações é explicado pelos níveis de educação e de qualificação de grande parte da população da BIS, factor crítico que condiciona drasticamente a competitividade territorial, cuja estrutura é predominantemente constituída por indivíduos que detêm apenas o 1º ciclo (30%). É nos concelhos de perfil rural que as baixas qualificações mais se fazem sentir, com destaque para V.V.de Ródão onde a população com este nível de ensino ascende aos 43%. São também os concelhos que registam a maior carência de indivíduos com qualificação superior, não ultrapassando os 6%, menos de metade do País (14,8%).

Os constrangimentos sociodemográficos determinam fortes assimetrias ao nível da coesão territorial e social. Num grande n.º de núcleos populacionais, em especial os mais periféricos, atingiram-se os limiares mínimos de densidades populacionais, conduzindo ao encerramento de serviços de proximidade e ao aumento dos

casos de isolamento, solidão e insegurança. Em mais de metade dos núcleos rurais a população com mais de 65 anos ultrapassa os 50%, dos quais mais de 30% vivem sozinhos e em núcleos populacionais muito pequenos, traduzindo-se na quebra de laços/relações de vizinhança/ajuda. A estes problemas acrescem os riscos de pobreza e exclusão social, na medida em que mais de 50% da população com mais de 15 anos (+10% que a média do País) é pensionista e que o valor médio das pensões se situa nos 330€ (no País a média é de 410€). O facto de muito destes pensionistas ainda se manterem activos, nomeadamente nas actividades agrícolas – forte presença da pluriactividade e plurirrendimento -, conseguindo com isso equilibrar os seus rendimentos (64% dos agricultores tem +de 65 anos – RGA 2009), atenua a dimensão e contornos destes problemas sociais.

A nível empresarial predominam as microempresas (é a sub-região onde a percentagem de empresas com menos de 10 trabalhadores é maior: 97,5%), assentes em actividades económicas de pouco valor acrescentado, de baixa densidade tecnológica e de inovação e falta de capacidade exportadora. O tecido empresarial é, neste contexto, gerador de resultados pouco expressivos, posicionando a BIS como a sub-região com menor valor no indicador volume de negócios por empresa (164 milhares de euros face aos totais nacional e regional de 306 e 225 milhares de euros, respectivamente). Estas debilidades condicionam fortemente a atracção de investimento, que se reflecte nas baixas taxas de natalidade de empresas, colocando a BIS com uma das mais baixas densidades empresariais do Centro (1,8 empresas por km<sup>2</sup>, valor bem distante dos 11,5 no País e 8,2 do Centro). Ainda assim registam-se sectores industriais com relativo dinamismo e vocação exportadora e com peso determinante na estrutura do emprego e da economia regional, com destaque para a fileira metálica (componentes para automóveis, construções metálicas, produtos de serralharia), o subsector do frio (produção e instalação de equipamentos para conservação alimentar, componentes para a indústria do frio) e a fileira do papel (a fabricação de pasta de papel e cartão representam mais de metade do VAB do total da sub-região da Beira Interior Sul).

Ao nível do tecido empresarial, a BIS contabilizava, em 2012, 7.228 estabelecimentos que empregavam 19.549 trabalhadores, sendo que o concelho de Castelo Branco concentrava cerca de 80%. Comparando com o ano de 2008, significa um decréscimo de 924 estabelecimentos e 2.099 trabalhadores. Em termos de repartição sectorial assemelha-se, no geral, à do País, com o comércio a concentrar o maior n.º de unidades (24%), seguindo-se os serviços, com 17% e, em 3º, todos com 10% cada, surgem as actividades de alojamento, restauração, o sector da construção e as empresas agrícolas. Este último sector destaca-se pelo peso que ainda detém em comparação com o País, pouco mais de metade da BIS (5%), com destaque para Idanha-a-Nova onde é ainda o maior empregador, 29% da população activa (peso muito distante dos 3% do País) e a actividade com maior n.º de unidades empresariais (241). Esta importância, que se estende por algumas freguesias de Castelo Branco e V.V. de Ródão - Zona Agrária Este e Sudeste da BIS– derivam das condições hidroagrícolas, edafo-climáticas e latifundiárias presentes nesta área geográfica, as quais oferecem interessantes condições de produtividades, e consolidam esta zona agrária no panorama nacional como um território com oportunidades para o desenvolvimento agrícola, suportado sobretudo nos produtos tradicionais da Região, optando pela “certificação biológica” ou pela certificação DOP, no caso do azeite e do queijo.

Os recentes investimentos em plataformas associativas, comerciais e logísticas como o InovCluster; a CATAA; a Central Meleira; o Centro Agroalimentar do Ladoeiro e o Banco de Terras para Jovens Agricultores em regime de incubação, são bons indicadores da aposta recente que o Cluster Agro-Alimentar tem conhecido. Também recente, ainda em velocidade cruzeiro, destaca-se o surgimento de nichos de mercado associados à fileira do figo da Índia, medronho e mirtilos, contando já com plantações interessantes e investimentos ao nível de infra-estruturas.

Traçando um quadro geral recorrendo aos dados do último RGA, a SAU da BIS ocupa 140.048 ha (-29 mil/ha que em 1999), existindo 7.225 explorações (-1.188 que em 1999), ou seja, uma dimensão média de 29,1 ha/exploração (cerca do dobro da média nacional). O volume de mão-de-obra é de 5.963 UTA, dos quais 83,4% são UTA familiares (País 80,1% e Centro 89,2%). As explorações com menos de 5ha representam 72% das explorações (% ainda assim inferior à média do país, 75%, e do Centro, 85%) mas apenas 8% da SAU. Em contrapartida, as explorações com mais de 20ha (10% do total de explorações) reúnem 84% da SAU.

Enquanto elemento transversal e estratégico para o desenvolvimento da BIS, posiciona-se o Turismo, assente em 4 vectores que dão argumentos para que o território se afirme como um destino de excelência: a) Turismo de Natureza e Agro-turismo, dispondo de um riquíssimo património natural, expresso nas áreas classificadas (45.773ha, que correspondem a 12% do total da área da BIS); b) Turismo Cinegético, com a maior área de caça do País, num total de 307.593,7ha, dos quais 30% são ZCT (98 ZCT); c) Turismo Cultural e Religioso, com destaque para os Mistérios da Páscoa, e d) Turismo de Bem-Estar e de Saúde associado às Termas de Monfortinho. Esta importância materializa-se num conjunto importante de infra-estruturas e serviços turísticos, associados a uma rede hoteleira de qualidade (38 hotéis e pensões e 17 unidades de

TER, com capacidade para + de 1200 camas) e um conjunto de eventos culturais e feiras temáticas de âmbito nacional e internacional.

## **Análise SWOT**

### **Principais Oportunidades**

População exterior com fortes ligações ao território – residências secundárias;  
Interesse crescente das populações urbanas pela vida no campo;  
Proximidade a Espanha;  
Acessibilidades: A23 e linha da Beira Baixa;  
Adensamento dos fluxos de pessoas, bens e serviços no eixo Castelo Branco - Fundão - Covilhã – Guarda;  
Desenvolvimento integrado do sector agrícola e florestal;  
Existência de apoios públicos direccionados para a investigação, inovação e empreendedorismo;  
Crescimento de nichos de mercado associados ao sector agro-alimentar e agro-industrial;  
Sector primário – agricultura e floresta – considerado estratégico ao nível das políticas públicas;  
Clusterização das atividades económicas;  
Impulso do comércio digital;  
Cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha;  
Investimentos externos na fileira do papel, geradores de emprego e com vocação exportadora.

### **Principais Pontos Fortes**

Posicionamento geoestratégico e diversidade territorial;  
Extensão e valor do Património Natural: Parque Natural Tejo Internacional, Gardunha e Malcata, Geopark Naturtejo; Arte Rupestre; Termas de Monfortinho;  
Boas condições edafo-climáticas, regadio e predomínio do latifúndio;  
Atratividade do património edificado - museus, Aldeias Históricas e de Xisto, construções rurais tradicionais;  
Cluster Agro-Alimentar - plataformas associativas, comerciais e logísticas;  
Produtos agro-alimentares de reconhecida qualidade: azeite, queijo, enchidos, mel e vinhos;  
Artesanato: Bordado de Castelo Branco, Adufes;  
Indústrias agroalimentares, mecânicas e eletrónicas e do papel/celulose com capacidade para competir nos mercados internacionais;  
Infraestruturas de acolhimento empresarial e de inovação e conhecimento com capacidade de expansão - CATAA, INOVCLUSTER e o IPCB.

### **Desafios e Fatores Críticos de Sucesso**

### **Principais Ameaças**

Excessivo efeito polarizador da cidade de Castelo Branco;  
Tendência de redução dos apoios públicos;  
Centralização dos investimentos nas principais aglomerações urbanas nacionais;  
Políticas públicas centrípetas que têm levado ao encerramento de serviços públicos no território rurais;  
Efeito repulsivo com a introdução de portagens na A23, com implicações atractividade turística, empresarial e residencial;  
Redução da procura de capitais externos e de investimento directo estrangeiro;  
Inexistência de incentivos fiscais para a fixação de pessoas e empresas nos territórios rurais do interior;  
Dificuldades de captação de investimento;  
Custos de contexto elevados: saúde, educação, serviços públicos qualificados, entidades de I&D;  
Forte concorrência de outros territórios, nomeadamente ao nível do turismo;  
Produções autóctones em risco - transgénicos.

### **Principais Pontos Fracos**

Perda contínua e acentuada da população, envelhecimento e êxodo;  
Densidade populacional muito baixa;  
Aldeias em risco de perder todos os residentes;  
Insuficiência de mão-de-obra qualificada para responder às necessidades das empresas;  
Baixo poder de compra (metade do país);  
Extensas áreas em risco de desertificação, com consequências na biodiversidade e na qualidade dos habitats;  
Subaproveitamento dos Recursos naturais, patrimoniais e culturais;  
Focos de poluição atmosférica;  
Debilidades estruturais do tecido produtivo;  
Despesa em atividades de I&D muito baixa;  
Custos de contexto elevados;  
Encerramento de serviços básicos;  
Défice de empreendedorismo inovador;  
Produções orientadas para os mercados locais e regionais;  
Reduzida organização das produções primária e efeito de aglomeração;  
Dispersão da cooperação relacionada com os produtos endógenos.

Com base no diagnóstico aprofundado realizado é possível identificar um conjunto de desafios com que o território rural da Beira interior se defronta destacando-se:

- . Valorização da multifuncionalidade do sector primário, nomeadamente, através da conjugação nas explorações de atividades agrícolas e não agrícolas, quer da entrada em novos nichos de mercado, quer da suscitação de iniciativa em atividades complementares;
- . Diversificação do mosaico de atividades da economia rural, através do estímulo ao empreendedorismo, à instalação de jovens empresários em meio rural e à criação de uma rede de microempresas de apoio ao desenvolvimento rural;
- . Aproveitamento e valorização económica dos recursos endógenos, nomeadamente por via do desenvolvimento de novas atividades do Turismo e Lazer;
- . Melhoria das condições de fixação e atração de novos residentes, nomeadamente através da qualificação da rede de respostas sociais existentes e da promoção da inclusão ativa e do emprego;
- . Capacitação dos agentes económicos, sociais e de outros atores locais para que detenham as competências necessárias para encetarem uma nova filosofia de organização e trabalho;
- . Implicação ativa dos atores locais, promovendo a cooperação, as parcerias e o trabalho em rede entre todos;
- . Complementaridade das intervenções e dos financiamentos, numa lógica de concertação integrada e coordenada dos diferentes instrumentos de política e dos incentivos disponíveis para o desenvolvimento do território.
- . Integração e articulação das diferentes dimensões de intervenção: económica, social, ambiental e cultural. Como principais fatores críticos salienta-se:
  - . Necessidade de assegurar uma adequada animação e divulgação dos apoios existentes junto dos potenciais beneficiários de forma a suscitar novas iniciativas e ideias de projetos;
  - . A conjugação e articulação do DLBC com outros instrumentos de financiamento existentes no âmbito dos vários Programas Operacionais do Portugal 2020 e de outros programas de financiamento;
  - . A adequação e simplificação da regulamentação e legislação às características dos potenciais beneficiários e ao tipo de projetos a apoiar;
  - . A capacidade dos promotores assegurarem a componente privada do investimento e facilitação do acesso a mecanismos de financiamento.

## **Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)**

### **Objetivos e vocação específica do DLBC**

A BIS, conforme evidenciado na caracterização da situação de partida e análise SWOT, enfrenta um ambicioso desafio de inverter as tendências pesadas de regressão populacional e desvitalização económica que se têm verificado nas últimas décadas, as quais, a manterem-se, implicam o despovoamento e a desertificação de muitos aglomerados rurais, conduzindo à degradação e ao desaparecimento do património histórico e cultural questionando a própria sustentabilidade ambiental e natural do Território.

Neste contexto, foi definida a EDL que tem como vocação específica promover a revitalização e dinamização económica, social, ambiental e cultural da BIS, afirmando-se como um quadro de referência no processo de estancar e inverter a fragilização da base socioeconómica local, dando continuidade e aprofundando as experiências de sucesso existentes.

A EDL está estruturada em torno de 4 Objetivos Estratégicos (Eixos), desagregados em objetivos específicos, cuja fundamentação se apresenta sucintamente de seguida.

I. Mobilização do potencial económico dos recursos endógenos, promovendo a qualificação e diversificação da Economia Rural e a animação económica da BIS

A revitalização económica do território da BIS é um pilar estruturante para a promoção do seu desenvolvimento, assentando de forma conjugada na valorização e no aproveitamento das atividades agrícolas e agro-transformadoras tradicionais e nos seus produtos de qualidade reconhecida, no aproveitamento do potencial turístico dos seus recursos, mas também no incentivo à diversificação das unidades produtivas existentes e ao surgimento de novas iniciativas empresariais (em setores tradicionais, emergentes, complementares e na área da economia social), privilegiando a complementaridade e a sinergia entre as diferentes atividades.

Este Objetivo pretende constituir-se como uma resposta qualificada às debilidades existentes no tecido produtivo e estrutura empresarial (p.ex., baixa densidade empresarial e reduzida dimensão das empresas, baixas qualificações dos empresários, forte orientação para o mercado local, fraca aposta em fatores-chave de competitividade - inovação, I&D, marketing, formação - e dificuldades de indução e captação de

investimento), mobilizando para isso o potencial de valorização económica dos recursos endógenos (condições edafoclimáticas, oferta de regadio e a disponibilidade de terras de grande potencial agrícola, diversidade de produtos tradicionais certificados e de qualidade, potencial competitivo em áreas mais tradicionais, como o agroalimentar e os produtos regionais e em outros clusters industriais como o sector metálico, do frio e do papel).

Objetivos Específicos:

OE.I.1. Valorização das produções atividades primárias e agroindustriais

OE.I.2. Consolidação do potencial turístico da sub-região

OE I.3. Diversificação e qualificação das atividades da Economia Rural

Medidas mobilizadas: Pequenos investimentos nas explorações agrícolas, Pequenos investimentos na transformação e comercialização, Diversificação de atividades na exploração, Cadeias curtas e mercados locais e Promoção de produtos de qualidade locais do PDR 2020 e a PI 8.3. e PI 8.8. do PORegional.

II. Valorização do património e da identidade rural

A BIS detém uma enorme diversidade e qualidade no seu património edificado, cultural, natural e paisagístico (ponto forte), conferindo-lhe uma identidade rural única que constitui um importante ativo para o território, assumindo-se a valorização do património e da identidade rural como um dos pilares da EDL, numa perspetiva de resposta a debilidades e ameaças identificadas na análise SWOT, nomeadamente a degradação da qualidade dos habitats e perda da biodiversidade e o subaproveitamento dos recursos naturais, patrimoniais e culturais e insuficiente valorização de sinergias entre os setores agrícola, ambiental, turístico, cultural e produções tradicionais;

Objetivos Específicos:

OE.II.1. Preservação e recuperação dos elementos naturais diferenciadores

OE.II.2. Valorização económica dos recursos naturais e culturais

Medidas mobilizadas: Renovação de Aldeias do PDR 2020 e a PI 6.3. do PO Regional.

III. Animação económica do território

Em territórios de baixa densidade empresarial e com um perfil demográfico e produtivo como o da BIS é fundamental a criação de condições de suporte que contrariem a baixa densidade empresarial e as dificuldades na indução e captação de investimento e estimulem o empreendedorismo e o empreendedorismo social, que promovam a capacitação e qualificação dos empresários, dos ativos e desempregados, que contribuam para a divulgação integrada do território, dos seus recursos e dos seus produtos, que incentivem o surgimento de novas formas de comercialização e venda dos produtos, contribuindo para que as produções locais produções possam atingir massa crítica/escala de produção economicamente viável e/ou condições mais favoráveis de valorização do mercado e aproveitando o potencial de desenvolvimento de circuitos curtos/cadeias curtas de distribuição e comercialização de proximidade de produtos agrícolas e transformados.

Só desta forma é possível contornar algumas das fragilidades identificadas na análise SWOT como as baixas qualificações, a escassez de empregos, défice de empreendedorismo e baixa empregabilidade, a reduzida organização das produções primárias, a insuficiente integração nos circuitos e estruturas de divulgação, promoção e comercialização de produtos e recursos locais e a falta de cooperação e interligação entre entidades.

Objetivos Específicos:

OE III.1. Animação económica do território

OE III.2 Promoção do empreendedorismo

Medidas mobilizadas: Cadeias curtas e mercados locais e Promoção de produtos de qualidade locais do PDR 2020 e a PI 8.3. do PO Regional.

IV. Capacitações dos atores locais para o trabalho em parceria e para a cooperação

A natureza multidimensional da problemática do desenvolvimento dos territórios rurais como o da BIS, e num contexto marcado por fortes restrições orçamentais quer das entidades públicas, quer privadas, importa otimizar e concertar as intervenções a desenvolver, capacitando os atores locais para a introdução de uma cultura de trabalho em parceria e cooperação, contribuindo para consensualizar uma atuação concertada, multidisciplinar e intersectorial, dos atores regionais tendo em vista o desenvolvimento do território e maximizar e rentabilizar os recursos existentes.

A promoção da articulação de entidades públicas e privadas de vários domínios, nomeadamente da esfera económica, educativa/formativa e social, promoção do trabalho em rede e parceria, e a implicação ativa dos atores locais no desenvolvimento do seu território constitui um desafio e um imperativo para o sucesso do desenvolvimento da BIS.

Adicionalmente, a cooperação interterritorial e transnacional também deverá ser promovida enquanto instrumento complementar, para a promoção do desenvolvimento da BIS, assumindo-se que o conhecimento de outras realidades, o intercâmbio, a disseminação e transferência de experiências e de saber-fazer ou a

organização de redes e parcerias (p.ex., para aceder a novos mercados), constituem elementos chave quer para a capacitação e o reforço das competências do GAL e dos diferentes atores do território, quer para promover a valorização dos territórios e dos seus recursos endógenos, estimulando, igualmente, a inovação e a criatividade.

Objetivo Especifico

IV1. Promoção da cooperação e do trabalho em parceria

Medidas mobilizadas: Medidas da Cooperação e do Funcionamento e Animação do PDR 2020.

### **Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto**

Neste novo período de programação pretende-se reforçar as dinâmicas criadas com o modelo de governança assente na “Abordagem LEADER”, o qual privilegia o envolvimento dos atores locais através do estímulo ao funcionamento em parceria e ao trabalho em rede e em cooperação e a promoção territorial. A implementação deste modelo garante não só a participação activa dos membros da parceria, como estimula o envolvimento da população, contribuindo para a compreensão e conhecimento da estratégia para o seu território, assim como para a consciencialização das suas potencialidades e desequilíbrios. Este envolvimento deverá ocorrer numa dialética de auscultação e de sensibilização, no qual os membros do GAL terão um papel fundamental na mobilização e animação. Para tal contam com ferramentas organizacionais e plataformas de trabalho em rede criadas e devidamente testadas na implementação da ELD 2007-2014, destacando-se: a) Redes Temáticas - plataforma de reflexão e prospecção sobre o DR, no qual os membros do GAL serão envolvidos e implicados na definição, acreditação e avaliação das políticas, tanto de governança da EDL, como do território; b) Rede PROBIS, constituída pelas entidades do GAL e beneficiários dos projectos e formalizada através de marca – logotipo – que sinaliza os membros e é usada nos produtos, projectos e actividades desenvolvidas no âmbito da Rede, apresenta-se como um instrumento facilitador no acesso a recursos críticos, na divulgação dos produtos e serviços dos membros, na troca de contactos, na concretização de negócios; e o c) Centro Europe Direct BIS, acolhido pela ADRACES desde 2013, será colocado desde logo ao serviço dos beneficiários e do GAL, fazendo interfaces entre estes e a informação europeia especializada.

O impacto e efeito multiplicador destas redes e plataformas serão potenciados através de acções/actividades, nomeadamente: a) organização e participação em eventos com dimensão local, nacional e transfronteiriça, tais como feiras de actividades, eventos temáticos; missões empresariais/visitas de boas-práticas; b) dinamização de acções como a CULBIS - Cultura na BIS, iniciativa promovida pelo GAL e que se traduz em reflectir em redor de 12 temáticas anuais; e c) as Academias Seniores de Penamacor, com cerca de 100 alunos, e a de V. Velha de Ródão, em processo de constituição, ambas dinamizadas pela ADRACES, que, pelo número de pessoas e entidades que envolvem, apresentam-se como veículos importantes de disseminação da EDL.

Para divulgar as actividades, eventos e informação específica à EDL, o GAL BIS conta com um conjunto de canais de comunicação, operacionalizados através do Gabinete de Comunicação da ADRACES: a) Revista VIVER, propriedade da ADRACES (21ª edição e uma tiragem de 8000 mil exemplares), constitui um instrumento estratégico de reflexão e partilha de conhecimentos, de divulgação de projectos e programas de auscultação e promoção do território; b) GALBIS2020.TV, visa produzir conteúdos em vídeo sobre temáticas do DR, projectos, beneficiários e território, e posterior reprodução no meokanal, youtube, facebook, sites da ADRACES e dos Membros do GAL; c) Newsletter mensal, com identificação de oportunidades, notícias, candidaturas e outras notícias de relevância; d) plataforma em ambiente Groove para partilha de informação, conexões entre participantes e preparação de acções e eventos comuns; e) produção de conteúdos de informação/formação em sistema B-learning para formação dos agentes do GAL.

### **Articulação da EDL com as EIDT NUTS III**

A matriz de intervenção definida para o DLBC rural da BIS, presente nos Eixos Estruturantes e vertentes de intervenções contempladas na EDL, encontra-se alinhada e em coerência com o quadro estratégico definido para a Região da Beira Baixa (EIDT) onde se insere, afirmando-se mesmo como um instrumento de financiamento para operacionalizar a referida Estratégia.

Refira-se, desde logo, que a Visão definida para a Sub-Região da Beira Baixa contempla a valorização económica dos seus recursos naturais e culturais e a retenção e captação de talento, elementos-chave também da EDL, verificando-se o mesmo em relação às três áreas de especialização prioritárias definidas, Agroindústria, floresta e turismo.

Relativamente às prioridades transversais definidas e aos respetivos objetivos estratégicos observa-se uma

forte relação e um potencial contributo dos Eixos Estratégicos EDL para cinco das oito áreas, nomeadamente: Inovação e Desenvolvimento, Internacionalização, Empreendedorismo e Emprego, Sustentabilidade Urbana e Rural, Inclusão Social, Cooperação e organização administrativa; existindo, igualmente, contributos, mas mais indiretos, para as outras três Áreas transversais (Agenda Digital e Tecnológica, Inovação e Desenvolvimento e da Educação e Formação).

No que se refere aos dez macro projetos que operacionalizam a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa observa-se um forte alinhamento e coerência com os seguintes:

? P2. Programa Regional de Apoio à Iniciativa Empresarial, nomeadamente no âmbito das ações previstas de: (i) 1. Manter e reforçar a rede regional de serviços de apoio, encaminhamento e acompanhamento de qualquer empreendedor e empresário – REDE EMPREENDEDOR; (ii) 3. Criar um sistema de apoio a iniciativas de criação de empresas provenientes de pessoas inseridas em grupos sociais desfavorecidos ou com dificuldades em aceder ao capital de risco; e (iii) 5. Valorizar a existência de estruturas setoriais organizadas e reforçar parcerias que permitam promover e melhorar competências nas empresas ao nível dos produtos, processos, formas de organização e comercialização.

? P3. Programa de Gestão e Valorização Integrada dos Recursos Naturais, designadamente as ações 6. Implementar iniciativas de divulgação local e regional do património natural e cultural classificado; e 7. Valorizar de forma integrada as áreas protegidas e desenvolvimento de sistema sustentável de visita.

? P5. Programa de Revitalização Integrada do Sistema Urbano Regional, nomeadamente a ação 4. Criar um programa de revitalização do comércio e serviços da Beira Baixa.

? P7. Redes de Cooperação Beira Baixa, incluindo as ações 1. Estabelecer contactos com entidades nacionais e europeias relevantes; 2. Visitar e estabelecer contactos com redes ou projetos; e 3. Garantir a integração da Beira Baixa em redes de cooperação territorial e temática.

? P8. Programa Beira Baixa Terras de Excelência, destacando-se as ações: 8.1.4. Difundir a marca Beira Baixa; 8.2.4. Elaborar um Programa Regional de Turismo; e 8.2.6. 6. Definir programa de apoio à integração de marketing, gestão e design nas estratégias empresariais.

? P9. Cluster Agroindustrial Beira Baixa, em particular as ações: 2. Programa ativo de angariação de empresas do setor; 9. Apoiar a certificação de produtos locais e dar selo de qualidade ao que é produzido na região; 10. Promover plataformas de compras e promoção conjuntas

? P10. Programa de valorização da fileira florestal da Beira, incluindo a ação 2. Criar uma rede de serviços especializados de apoio a produtores florestais.

A EDL encontra, igualmente, enquadramento no referencial estratégico e operacional definido para a Região Centro para o horizonte 2020, nomeadamente ao pretender constituir-se como um fator indutor de competitividade económica, promotor da identidade e imagem de marca do território e de sustentabilidade do espaço rural, dinamizador da coesão social e de qualidade de vida, fixando a atraindo população e investimento. Estes elementos estão em perfeita coerência com as Prioridades Nucleares definidas para a Região Centro observando-se um elevado potencial de contributividade nomeadamente para as seguintes:

- Sustentar e reforçar a criação de valor, através de uma nova dinâmica produtiva e empreendedora;
- Reforçar a coesão territorial, através da redução das disparidades e das assimetrias territoriais existentes, combinando os vetores de coesão económica e social com a coesão territorial e o equilíbrio ambiental;
- Gerar, captar e reter talento qualificado e inovador, apostando na capacidade de educar os jovens, na existência de condições para promover a sua fixação na Região Centro e na captação de talento exterior;
- Dar vida e sustentabilidade às infraestruturas existentes, por via da promoção de atividades que lhes confirmam maior utilização, suprimindo carências das populações e promovendo o emprego, nomeadamente através de processos de refuncionalização;
- Consolidar a capacitação institucional, melhorando o desempenho das organizações na prestação de serviços aos cidadãos e às empresas, através da qualificação dos seus recursos humanos, da utilização de novos métodos de trabalho e do funcionamento em rede.

Adicionalmente, a EDL definida encontra-se ancorada a um conjunto de setores de atividade económica que foram considerados como constituindo domínios diferenciadores temáticos da Região Centro no âmbito da sua Estratégia Regional de Especialização Inteligente, nomeadamente a agricultura (considerando também a abordagem agro-industrial), a Floresta, o Bem-estar e o Turismo. De referir, ainda o potencial apoio a projetos inovadores passíveis de serem enquadrados nas Plataformas de Inovação constituídas, p.ex., ao nível do desenvolvimento das cadeias de valor associadas aos recursos endógenos naturais, do envelhecimento ativo e saudável, da inovação rural, e da investigação, desenvolvimento e inovação no turismo.

## Programa de Ação e Investimentos

## Programa de Ação

### Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Neste Ponto apresenta-se o Programa de Ação estruturado em torno das Medidas mobilizadas para o DLBC por cada um dos Programas financiadores, especificando-se a sua articulação com os Objetivos Estratégicos e Específicos, assim como os resultados esperados e contributo para os indicadores definidos.

**FUNDO FEADER Medida Pequenos investimentos nas explorações agrícolas e Pequenos investimentos na transformação e comercialização** • Articulação com a ELD: OEI.1. Valorização das produções atividades primárias e agroindustriais • Linhas de atuação: Incentivo à modernização das explorações existentes; Modernização e criação de pequenas unidades de agro-indústrias relacionada com a transformação de produtos endógenos (p.ex nas fileiras do queijo, azeite, enchidos, vinho, licores, compotas, etc.) Medida Diversificação de atividades na exploração • Articulação com a ELD: OEI.1. Valorização das produções atividades primárias e agroindustriais, OE.I2. Consolidação do potencial turístico da sub-região e OE I.3. Diversificação e qualificação das atividades da Economia Rural • Linhas de atuação: Apoio à instalação de novas atividades nas explorações agrícolas, p.ex., atividades ligadas à caça e pesca; serviços de recreação e lazer; energias renováveis; alojamento turístico; e restauração Medida Cadeias curtas e mercados locais • Articulação com a ELD: OEI.1. Valorização das produções atividades primárias e agroindustriais, OE I.3. Diversificação e qualificação das atividades da Economia Rural e OE III.1. Animação económica do território • Linhas de atuação: Apoio ao surgimento de novas formas de comercialização e venda dos produtos Medida Promoção de produtos de qualidade locais • Articulação com a ELD: OEI.1. Valorização das produções atividades primárias e agroindustriais e OE III.1. Animação económica do território • Linhas de atuação: Apoio a ações de promoção dos produtos abrangidos por regimes de qualidade e produtos locais; apoio à certificação; planos integrados de promoção e valorização de produtos locais Medida Renovação de aldeias (em territórios rurais) • Articulação com a ELD: OE.II1. Preservação e recuperação dos elementos naturais diferenciadores, OE.II2. Valorização económica dos recursos naturais e culturais • Linhas de atuação: Apoio a centros de interpretação e observação, miradouros, criação de rotas e percursos, sinalética, alimentadores, cais de praias fluviais e barragens, caminhos rurais, campanhas de sensibilização ambiental e edição de materiais de divulgação Principais Resultados esperados da Medida 10 do PDR (FEADER) . Melhoria do desempenho económico e da competitividade das explorações agropecuárias, florestais e agroindustriais . Fixação de agricultores e trabalhadores agrícolas ao mundo rural . Desenvolvimento de atividades associadas ao sector primário e complementar . Desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização e distribuição . Valorização dos produtos locais certificados e de qualidade . Criação de postos de trabalho e aumento do emprego em meio rural • Indicadores de realização: Nº de projetos apoiados e Projetos/beneficiários apoiados • Indicadores de resultado: Explorações ou Beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização; Explorações ou Beneficiários apoiados em regimes de qualidade; Empregos criados através de projetos LEADER e Nº de produtos locais incluídos em ações de promoção. FEDER Medidas da PI 6.3. • Articulação com a ELD: OE.II1. OE.II2. Valorização económica dos recursos culturais e naturais Preservação e recuperação dos elementos naturais diferenciadores • Linhas de atuação: Recuperação, preservação e transmissão do património cultural e etnográfico, incluindo saberes e tradições locais (espólios documentais; conteúdos online; estudos etnográficos, divulgação e sensibilização; recolha e recuperação de lendas, música, folclore, trajes, instrumentos tradicionais, gastronomia, etc.), em estreita articulação com a promoção económica do artesanato e das artes e ofícios tradicionais; ações de valorização do património natural numa ótica de valorização turística Resultados esperados: - Valorização turística dos recursos naturais e culturais existentes - Aumento do fluxo de visitantes - Preservação e divulgação de práticas e tradições culturais e conhecimentos e saberes técnicos tradicionais - Reforço da visibilidade interna e externa do território Indicadores de realização: Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio (Visitantes/ano) Indicador de Resultado: Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros Medida PI 8.8 Articulação com a ELD: OE.I2. Consolidação do potencial turístico da sub-região e OE I.3. Diversificação e qualificação das atividades da Economia Rural o Linhas de atuação: Apoio á criação e modernização de empresas, em particular, em áreas como: alojamento turístico; animação turística; unidades comerciais vocacionadas para o turismo; saberes e ofícios tradicionais e artesanato; energias renováveis; restauração; serviços para a inovação e o "design" no artesanato e em outros produtos locais; prestação de serviços ambientais e agrorurais; lojas de produtos regionais; empresas de manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas; empresas de animação de atividades territoriais como a caça, a pesca, o desporto e o ambiente; serviços no domínio do combate às alterações climáticas; e serviços de apoio às pessoas, às famílias e a grupos sociais desfavorecidos • Resultados esperados: - Densificação, diversificação e qualificação do tecido

produtivo local - Reforço da competitividade do tecido económico local - Criação de novas empresas e atração de empreendedores - Criação de postos de trabalho e aumento do emprego em meio rural - Afirmação da BIS como destino turístico • Indicadores de realização: Empresas que beneficiam de apoio • Indicador de Resultado: Postos de trabalho criados FSE Medida Pi8.3. • Articulação com a ELD: OE.I2. Consolidação do potencial turístico da sub-região, e OE III.2 Promoção do empreendedorismo e OE I.3. Diversificação e qualificação das atividades da Economia Rural • Linhas de atuação: Apoio à criação de empresas e emprego para inativos e desempregados, sobretudo, nas áreas identificadas como mais relevantes para a EDL e apoio a projetos de incentivo à criação de redes e programas de apoio ao empreendedorismo por parte destes públicos • Resultados esperados: - Inserção de desempregados no mercado de trabalho - Criação de novas empresas e atração de empreendedores - Criação de postos de trabalho - Aumento da capacidade de animação territorial e inovação social • Indicador de realização: Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego • Indicador de Resultado: Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio.

### Definição da estratégia de desenvolvimento local

A Beira Interior Sul constitui um território de baixa densidade demográfica e económica, onde as estratégias implementadas ao longo dos anos, embora com manifestos exemplos de sucesso, como resultado de sucessivas avaliações externas das ELD, não se têm revelado suficientes para inverter as tendências socioeconómicas recessivas observadas. O trabalho de Diagnóstico e as perspetivas das diversas entidades parceiras evidenciaram que o território detém um conjunto de argumentos (condições edafoclimáticas, oferta de regadio e disponibilidade de terras de grande potencial agrícola, atividades do agroalimentar e os produtos regionais com potencial competitivo, presença de uma geração de novos agricultores e a entrada em nichos de mercado não tradicionais (p.ex., figo da Índia, Medronho e Mirtilo); ligações afetivas às comunidades rurais, existência de residências secundárias com uso sazonal; riqueza e diversidade do património natural, imobiliário e cultural, mobilizável em benefício da atividade turística produtos turísticos âncora - Geoparque Naturtejo, Aldeias Históricas e de Xisto, Termas Monfortinho, turismo cinegético, incentivos à fixação de pessoas e empresas por parte dos Municípios). Neste sentido, a EDL foi definida numa perspetiva de aprofundar as iniciativas que têm sido desenvolvidas com sucesso e que têm contribuído para promover alguma animação económica e coesão social, atenuando e minimizando os efeitos decorrentes da frágil situação do território, induzindo novos e renovados fatores de atratividade económica e populacional, mobilizando como resposta às principais Dimensões-problema que condicionam o desenvolvimento do território, aspetos representativos da sua identidade e dos recursos endógenos (Ativos do território). A EDL apresenta-se, igualmente, como um meio de operacionalização da EIDT da Beira Baixa, nomeadamente nas vertentes relacionadas com Gestão e Valorização Integrada dos Recursos Naturais, a revitalização do comércio e serviços, a difusão da marca Beira Baixa e a dinamização do sector agro-industrial, florestal e do turismo. A estrutura vertebral da Estratégia, beneficiando da mobilização articulada das várias medidas do FEADER, FEDER e FSE, tem como base uma atuação interligada e concertada, nos domínios económico, social, ambiental e cultural, concorrendo, em conjunto e complementarmente, para o desenvolvimento sustentável, a competitividade económica, a valorização cultural e a coesão territorial e social, ainda que neste último domínio de forma mais limitada, em virtude da PI 9.1. não estar prevista para o PO Centro.

### Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo LEADER - Todas as Medidas	Despesa Pública	637,31	3186,57	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,23	1,15	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo LEADER - Todas as Medidas	Projetos apoiados	21,00	106,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	7,00	33,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo LEADER - Todas as Medidas	Projetos/beneficiários apoiados	18,00	91,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,10	0,49	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	15,00	73,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,17	0,85	776 690,51€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Despesa Pública	172,60	862,99	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	2,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	2,00	8,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	21,00	620 979,45€

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Despesa Pública	138,00	689,98	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,02	0,10	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	2,00	8,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	7,00	526 107,59€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Despesa Pública	116,91	584,56	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,02	0,10	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias Curtas e Mercados Locais	Projetos apoiados	1,00	6,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	3,00	377 622,64€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias Curtas e Mercados Locais	Despesa Pública	83,92	419,58	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,02	0,09	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos locais de qualidade	Projetos apoiados	1,00	6,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,10	0,49	279 720,47€

99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos locais de qualidade	Despesa Pública	62,16	310,80	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	1,00	4,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	286 791,18€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Despesa Pública	63,73	318,66	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	PI 8.8 Projectos de investimento para expansão de pequenas e microempresas ou para a criação de novas empresas ou pequenos negócios	Empresas que beneficiam de apoio	10,00	25,00	Postos de trabalho criados	14,00	36,00	955 414,03€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	PI 6c - a) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico e b) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	526,00	1315,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,01	0,02	106 157,11€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	PI 8iii Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	27,00	69,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	0,00	50,00	1 166 670,00€
---	-----	--	---	-------	-------	---	------	-------	---------------

### Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
99.M10 - LEADER	FEADER	Medida Eixo LEADER - Todas as medidas				População coberta EDL	75028,00	75028,00	5 096 152,98€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na exploração agrícola	Peso da despesa pública para apoio aos pequenos investimentos na exploração agrícola	27,00	27,00				776 690,51€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Peso da despesa pública para apoio aos pequenos investimentos na transformação e comercialização	22,00	22,00				620 979,45€

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na exploração agrícola e na transformação e comercialização	Peso da despesa pública para apoio aos pequenos investimentos exploração agrícola e na transformação e comercialização	49,00	49,00				1 397 669,96€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Peso da despesa pública para apoio à Diversificação de atividades na exploração	18,00	18,00				526 107,59€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Peso da despesa pública para apoio a Cadeias curtas e mercados locais	13,00	13,00				377 622,64€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção Produtos de Qualidade Locais	Peso da despesa pública para Promoção Produtos de Qualidade Locais	10,00	10,00				279 720,47€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção Produtos de Qualidade Locais	Nº de Número de produtos locais incluídos em ações de promoção	1,00	2,00				279 720,47€

99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Peso da despesa pública para apoio na renovação de aldeias	10,00	10,00				286 791,18€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias				População abrangida pelos projetos apoiados de renovação de aldeias	800,00	4000,00	286 791,18€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	PI 8.8 Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios				PI 8.8 Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	1,90	2,00	955 414,03€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	PI 6c Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultura				PI 6c Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	1,90	2,00	74 310,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	PI 6c Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	1,90	2,00	31 847,00€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	9.10	Estratégias	1,00	1,00				1 061 571,14€
--	-------	------	-------------	------	------	--	--	--	---------------

### Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	2 867 911,84€
FEDER	1 061 571,14€
FSE	1 166 670,00€
<b>Total</b>	<b>5 096 152,98€</b>

### Pressupostos

O Plano Financeiro e os objetivos e resultados propostos tiveram por base o exercício de combinação/ponderação dos seguintes critérios e pressupostos: 1. os resultados alcançados/executados com a experiência anterior de programação: PRODER no geral, e a implementação pela ADRACES do LEADER: Sub programa 3 do PRODER e IC LEADER); 2. as dinâmicas territoriais, aferidas com base nos pedidos de informação/intenções de candidatura (no total 223); 3. os valores de referência e regras/condições de acesso definidas pelos POs de enquadramento, numa óptica de proporcionalidade; 4. as orientações estratégicas da EDL; 5. o alargamento da área de intervenção do GAL BIS, com mais 7 Freguesias rurais e o núcleo urbano de Castelo Branco, abarcando agora toda a BIS; 6. a quantificação dos PT's assente numa escala - multiplicador - de acordo com o potencial das Medidas/PI's criarem PT's: impacto nulo: 0; impacto reduzido: 0,03; impacto baixo: 0,45; impacto directo 1 (qd é medida prevê majoração c/ a criação de PT); impacto médio: 1,63 e impacto forte: 2,25 7. atingir em 2018 20% dos compromissos assumidos. O 1º critério, por corporizar maior grau de objectividade e concretização, foi a 1ª escolha no exercício de quantificação de metas. Assim, para as medidas mobilizadas na EDL com nível de similaridade às já implementadas fez-se a respectiva equivalência, aplicando as devidas ponderações/regras dos respetivos Fundos. Destacam-se desde logo as medidas dos Pequenos investimentos, do FEADER, com critérios equivalentes às acções 111 e 112 do PRODER, tendo-se considerado os resultados alcançados em termos do n.º de PA executados e do investimento médio por projecto. Foi ainda respeitado o normativo que impõe um mínimo de 40% de DP FEADER da EDL. Embora de forma não tão directa/exclusiva, pois verificam-se novas variáveis na comparação com as anteriores medidas executadas da mesma tipologia - alargamento territorial e critérios diferenciados - este 1º critério foi também considerado na: i) "Diversif. de actividades na exploração" do FEADER (similar à acção 3.1.1 LEADER); na PI 8.8 do FEDER (similar às acções 3.1.2 e 3.1.3 do LEADER); e a Medida PI 6c) (aderência à acção 3.2.1 LEADER), o qual foi ponderando com os pedidos de informação/intenções de candidatura; a estimativa do GAL baseada no conhecimento territorial e as prioridades definidas na EDL. No caso particular da Medida PI 6c), foi ainda considerado o normativo que impõe um máximo de 10% da dotação do FEDER da EDL. Para as restantes medidas do FEADER – Cadeias Curtas; Promoção de Produtos Locais e Renovação de Aldeias – embora no passado recente não haja correspondência direta com as acções implementadas, a ADRACES tem, desde a sua génese, trabalho de grande relevo nestas temáticas, quer enquanto dinamizadora, quer no apoio a projetos. A estimativa do GAL, baseada no seu conhecimento territorial foi, por isso, determinante enquanto critério prospectivo, a par das orientações estratégicas /prioridades da EDL. As metas da medida "Renovação de Aldeias" tiveram ainda como condicionante o máximo de 10% da DP FEADER da EDL. Por último, a medida enquadrada na PI 8.3, a maior novidade para a ADRACES em termos de público-alvo e, por isso, assumida como um desafio, o principal critério teve por base os pressupostos/metos do PO para o Centro (dotação e nº de desempregados que se pretende apoiar) e fez-se a equivalência para a BIS. (Ver Anexo "Outros-Pressupostos).

### Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

Apresentando-se como eixo transversal aos anteriormente definidos e por isso assumida como parte integrante da EDL, a Cooperação incidirá em 3 Áreas Temáticas (AT) às quais correspondem, a nível mais operacional, Objectivos-Metas Estratégicos, materializados na proposta de um conjunto de projectos de cooperação agregadores/âncora de diferentes dimensões - multi-institucional, multissetorial e multiterritorial – mobilizares de diferentes actores - regionais, nacionais e internacionais - e dentro dos quais se irão incluir e desenvolver projectos/acções orientados para a concretização das diferentes AT. Dos projectos identificados, uns são de continuidade - em resultado das dinâmicas criadas e importância estratégica que representam - e outros são propostas para novos projetos, não se encontrando ainda estabilizados, nomeadamente ao nível de parceiros e designação.

#### AT1. COMPETITIVIDADE TERRITORIAL E VISIBILIDADE EXTERNA

Objectivos Estratégicos:

- Atrair investimento;
- Lançar acções de prospecção e acesso a novos mercados, com especial ênfase para os emergentes;
- Promover o Turismo, nomeadamente o de natureza.

Projetos Âncora

- Lusofonia – Brasil, Angola e Moçambique: 2 linhas de acção: 1) difusão/formação da metodologia LEADER aplicadas às políticas de intervenção em países terceiros; 2) criar oportunidades de intercâmbio/cooperação/negócios.
- Tejo Vivo: Projecto de continuidade da Rede Tejo Vivo, formada pelas diversas ADL de Portugal e Espanha cujo elemento unificador é o Rio Tejo e as temáticas centrais o turismo e sustentabilidade ambiental dos territórios em Rede.
- GEIE - MEDEAT +: Projecto de continuidade da Rede/Itinerário Gastronómico e Cultura dos Sabores (parceria com ADLs de Itália, Chipre, Grécia - executam projectos comuns desde 1996).

#### AT2. EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO EM MEIO RURAL

Objectivos Estratégicos:

- Reforçar competências nos domínios do empreendedorismo, inovação e criatividade dos empresários;
- Promover a partilha de experiências, boas práticas - a nível dos métodos de produção, comercialização e distribuição – e concretização de negócios

Projetos Âncora:

- CREmp - Centro de Recursos de Empreendedorismo Feminino: projecto de continuidade com a ADL Monte, ACE.
- Rede PROBIS: Projecto de âmbito regional, liderado pela ADRACES, em parceria com beneficiários PRODER, LEADER e membros do GAL BIS, com o objectivo de, entre outros, promover os circuitos curtos agro-alimentares e os produtos BIO.

#### AT3. DESENVOLVIMENTO LOCAL, CIDADANIA E COESÃO TERRITORIAL

Objectivos Estratégicos:

- Promover o envelhecimento activo e inclusão social;
- Promover manifestações artísticas e culturais como estratégia de valorização do património cultural;
- Debater as prioridades políticas nacionais e europeias para a gestão territorializada de programas e projetos.

Projetos Âncora:

- Academias Sêniores: promover respostas socioeducativas de educação não formal num contexto de formação ao longo da vida, através da dinamização regular de actividades sociais, culturais e educacionais.
- Projecto “CRIA – Conhecimento, Reflexão, Inovação e Animação em meio Rural”. Em cooperação com as ADL, constituir um centro de produção de conhecimento a partir da interacção conjunta em regime de comunidade de práticas, para a partilha e registo de experiências e competências de mais de 20 anos de actuações nos respectivos territórios, afirmando o LEADER/DLBC com instrumento de capacitação e participação coletiva pós 2020.

## Modelo de Governação

### Modelo de Governação

**Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição**

A Parceria obedece a um modelo organizacional assente numa estrutura cujo Órgão máximo é a Assembleia de Parceiros (AP), constituída pela TOTALIDADE dos Parceiros. É, por inerência, o Órgão Deliberativo, colegiado por todos os membros da Parceria com igual autoridade, e tem, entre as suas atribuições, de estabelecer prioridades e diretrizes da EDL.. Desta Assembleia emanam 2 grandes áreas funcionais: a) operacional, responsável pela implementação e execução da EDL, directamente gerida e coordenada por um Órgão de Gestão (OG) e, b) consultiva, numa dupla acepção - avaliação e prospecção – e consubstanciada através de um Observatório Local. No sentido de auditar e validar os relatórios de execução financeira e de avaliação haverá um Conselho de Auditoria, órgão autónomo, constituído por 3 membros da parceria eleitos em AP.

O OG é constituído por 7 parceiros – ADRACES, Município de Castelo Branco, AFLOBEI, IPCB, Naturtejo, Instituto Pina Ferraz e CAP - que reflectem de forma proporcional a composição da Parceria Territorial. É o órgão de decisão, competindo-lhe a coordenação da Equipa Técnica Local (ETL) responsável desenvolvendo, entre outras tarefas, análise de candidaturas, acompanhamento e controlo dos projectos e dinamização das acções de animação, divulgação e cooperação. A ETL é gerida por um Coordenador, em dependência hierárquica do OG (nenhum técnico pode integrar este Órgão) e é composta por técnicos pertencentes aos quadros da ADRACES, a Entidade Gestora (EG)). A EG foi designada pela Assembleia de Parceiros como interlocutor único, em representação de todos os parceiros, perante as Autoridades com responsabilidades no âmbito da DLBC, sendo responsável pelas questões logísticas, jurídicas, administrativas e financeiras e com funções de dinamizador da Parceria Territorial.

Ao nível das competências da EG, a ADRACES detém um quadro técnico multidisciplinar (economia, sociologia, engenharia agrícola e florestal, contabilidade, educação, comunicação), composto por 13 Técnicos, cujo núcleo principal se mantém em funções desde a sua criação, proporcionando-lhe uma grande experiência e conhecimento, tendo 4 deles competências específicas, certificadas pelo IFAP, de Análise de Candidaturas, Pedidos de Pagamento e Identificação do Beneficiário. Conta ainda com uma Rede Técnica Local, constituída por 5 Técnicos sediados nos 4 concelhos, e que promovem um forte trabalho de extensão e animação.

O acompanhamento, os circuitos de gestão e o controlo interno e externo e a reflexão prospectiva são suportados pelo Observatório Local, constituído pelos membros da AP e dinamizado pela ADRACES. É estruturado a partir de 2 áreas funcionais, a Comissão de Acompanhamento e Comissão de Reflexão e Prospecção, e será operacionalizado tematicamente – Redes Temáticas -, por comissões de avaliação, ou, sempre que oportuno, por Unidades Missão.

Em termos de normas regulamentares, serão implementados procedimentos de seleção não-discriminatórios e transparentes e critérios objetivos e mensuráveis, previamente definidos e publicados, que verifiquem as seguintes condições: a) evitem conflitos de interesse (exemplo: obrigatoriedade dos parceiros declarem os seus interesses nos projetos, não devendo participar nas decisões que lhes digam diretamente respeito); b) privilegiem os lançamentos de concursos públicos, garantindo o maior nível de previsibilidade possível; c) garantam o princípio da divulgação e publicitação, utilizando os diferentes meios de comunicação e transmissão de informação, em articulação com o portal 2020; d) valorizem o mérito relativo das operações e dos resultados que com elas se pretendem alcançar – princípio da competição no acesso aos fundos, não estão predestinados; e) assegurem procedimentos claros e simples de recurso.

As decisões sobre a aprovação dos projectos serão tomadas pelos membros do OG - colegialidade das decisões -, com base na análise e pareceres da ETL, o que garante a transparência e vigilância das decisões. A nível interno serão identificadas claramente a sequência dos acontecimentos e as pessoas envolvidas em cada fase, de modo a garantir uma separação das responsabilidades entre os diferentes elementos no processo - segregação de funções. O técnico que analise as candidaturas não participa no acompanhamento e controlo da execução dessas mesmas candidaturas.

No que diz respeito aos mecanismos a operacionalizar na recolha e tratamento de dados de desempenho e financeiros, que permitam a monitorização e avaliação da execução da EDL, será criada uma Base de dados Dinâmica – Matriz de Resultados – na qual serão cruzados os indicadores e as metas definidas - procedimentos regulares de controlo. Este repositório de dados, que deverá estar ajustado às Plataformas de Gestão dos Programas, irá permitir fornecer informação actualizada aos parceiros e às AG em tempo real, além de que permite avaliar e acompanhar diariamente o seu próprio desempenho na execução da EDL.

**Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados**

Esta avaliação será realizada por uma entidade externa e independente, sem nenhuma ligação aos membros do GAL, assegurando-se uma estreita relação e articulação entre autoavaliação e avaliação externa, as quais deverão alimentar-se mutuamente, existindo domínios e questões de avaliação comuns. Nos momentos de autoavaliação e em alguns momentos de reunião do "focus-group avaliação interna", a equipa de avaliação externa será convocada para estar presente e monitorizar, complementar, registar e sugerir o aprofundamento e melhoria da intervenção, devendo apresentar um relatório de resultados e respectivos indicadores de realização e indicadores de resultado. Os primeiros medem, numa perspetiva mais operacional, a concretização e o impacto direto das ações que venham a ser desenvolvidas, permitindo aferir se as ações desenvolvidas asseguram a complementaridade e se se articulam com os níveis de compromisso e de execução propostos e financiados. Os indicadores de resultado visam medir o contributo das ações para os objectivos delineados pelo GAL na EDL, de dinamizar e promover o território, estimulando um desenvolvimento social e territorial sustentável e integrado. Pretendem ainda avaliar se os níveis de compromisso e de execução propostos e financiados são adequados às metas definidas para a estratégia coletiva, aferindo os resultados obtidos no território e, mais amplamente, no contexto regional e nacional. Trata-se de um processo de avaliação e sistematização dinâmico e multifacetado que se subdividirá em três níveis, que não são hierárquicos, mas sim complementares: i) actuação do GAL, ii) mobilização/valorização territorial e iii) implementação/execução da operação. Esta mediação será centrada na avaliação do sucesso da EDL olhando para os seus impactos no território, através de uma análise a 3 níveis diferentes de impactos: da estrutura da operação (forma como foi concebida); dos resultados da operação; e do processo de implementação da operação.

## Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	GALBIS2020_OG e ETL.pdf	27/07/2015 12:37	174394071
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-055.pdf	28/09/2015 16:10	
Protocolo de parceria	GALBIS2020_Protocolo de Parceria.pdf	27/07/2015 12:36	174394071
Outros	GALBIS2020_Doc Consolidado.pdf	27/07/2015 12:37	174394071
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-055.pdf	27/07/2015 12:50	174394071
Outros	GALBIS2020_Outros - Pressupostos.pdf	27/07/2015 12:37	174394071